

TORNAR-SE MULHER: A construção da representação do papel do feminino na sociedade brasileira

Ana Luisa Asti Lima¹; Juliana dos Santos Terenzi¹; Patricia Tiemi Campos Taniguchi¹; André Masao Peres Tokuda^{2*}

¹ Graduando em Psicologia, Faculdades Integradas de Três Lagoas- FITL/ AEMS; ² Doutor em Psicologia – UNESP; docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

* autor correspondente: andremasao@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho buscou demonstrar que a construção do papel social da mulher, principalmente mulheres brancas de classe média e alta, é marcado pela dominação masculina, resultado do pacto da aliança e organização social do patriarcado, no qual a mulher ficou designada ao ambiente privado e cuidados domésticos e dos filhos. Enquanto outras mulheres, principalmente negras, indígenas e de classe baixa, tiveram seus corpos transformado em objeto de trabalho, venda, prazer e uso. A construção da representação do papel da mulher na sociedade, independentemente de sua etnia, aponta para fenômenos que perpetua o imaginário social machista, reforça o sentimento de posse masculino, controle e dependência da mulher a um homem, que pode ser denunciado em diferentes reproduções artísticas que será explicitada ao longo do trabalho. A dominação do homem sobre a mulher além de antiga e cultural, promove violências, muitas vezes justificadas pelas próprias mulheres como forma de amor, como ciúmes, como normais. Justifica a necessidade de fomentar o diálogo sobre que sustenta essas percepções, promover formas educativas para ressignificação do papel feminino, sem estereótipos, sem modelos, que as mulheres possam ser que bem entender. O trabalho busca apresentar a construção do papel feminino, o machismo, sexismo e dominação masculina embutido no imaginário social reproduzido até hoje, provocar as mulheres a questionamentos, que leve a compreensão de exercer seu direito. Afinal de nada adianta leis e mecanismos protetivos se a mulher achar normal tais fenômenos.

PALAVRAS-CHAVE: sexualidade; mulher; corpo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende evidenciar a construção do papel feminino na sociedade, com enfoque na sociedade brasileira, passando pela construção histórica deste até os dias atuais, no qual se pode perceber a influência das mídias enquanto veículos que propagam ideais, os quais são impostos para que as mulheres se apropriem, ao mesmo tempo em que ocorre uma luta pela desconstrução destes, através de movimentos sociais, como o feminismo.

A forma que a sociedade se organiza dita socialmente o certo e o errado. No Brasil, a construção da sexualidade, se constituiu sob a influência da cultura

ocidental aristocrática burguesa, pautada na ciência sexual, da repressão sexual, controle dos corpos e ideologia cristã, cujo papel da mulher se constituiu de procriadora, assexuada e submissa ao seu marido (FOUCAULT, 1988). Temos também as mulheres negras e indígenas, as quais seus corpos se tornaram objeto de trabalho e uso e sua sexualidade não possuíam a mesma significação da classe dominante, resultando em um choque cultural e outra percepção da sexualidade, tipicamente brasileira, responsável pelo imaginário social do papel da mulher, em estereótipos (GOMES, 2010; LOYOLA, 2000).

Como estereótipos de mulheres temos as Amélias, são para procriar,

boas, submissas, assexuadas, dominadas por um homem, frágeis, consideradas perfeitas para casar-se. As Genis são as mulheres de prazer, devoradoras de homens, levadas a luxúria, mulheres frutas, musas, feiticeiras, putas, amantes, erotizadas, sexualmente ativas, vaidosas, ainda sofrem preconceito e estigmas pela sua liberdade sexual, seu corpo é transformado em objeto de uso.

A realidade vai além de mulheres para casar-se e divertir-se. A mulher brasileira vive sua realidade, sobrevivendo, lutando e vivendo, há necessidade de fomentar e trazer a discussão à raiz da dominação, submissão e posse do homem sobre a mulher e seu corpo, pauta constante dos movimentos feministas com participação de diversas cantoras e escritoras, denuncia a dominação e estimulam o empoderamento. Também houve a necessidade de garantir os direitos das mulheres, por meio de leis como Maria da Penha, contra a violência motivada pelo sentimento de posse e menosprezo pelo feminino.

O referido trabalho utilizou como método a pesquisa bibliográfica em livros, de autores como Foucault e Reich, e artigos nas bases de bibliotecas eletrônicas, como *Google Acadêmico* e *SciELO*, que tinham como tema a sexualidade. O objetivo era compreender os fenômenos sociais que impõem qual o papel de pessoas do gênero feminino na sociedade brasileira, quais são suas raízes e reforçadores, expressado nas produções artísticas.

2 CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA E SOCIEDADE

Segundo Simone Beauvoir “[...] ninguém nasce mulher: torna-se” (1980, p. 9), e refere-se à construção do feminino na sociedade em que se está inserida. A sociedade brasileira se constituiu pelos colonizadores (homem branco, europeu e cristão), a mão de obra escrava (afrodescendentes) e o povo nativo

(indígenas).

O termo sexualidade, segundo Foucault (1985), emerge no século XIX, da necessidade de nomear o que se refere ao sexual, ao interesse das ciências em produção de conhecimentos de caráter social, comportamental, biológico. O sexo torna-se assunto do estado, na educação das crianças, na área jurídica, saúde e valores morais, criando mecanismos de controle baseados em diferentes discursos sobre sexo, orientando-se práticas e estabelecendo normativas. Afasta-se a sexualidade da afetividade, do desejo, do prazer relacionado ao sexo, e emerge a ciência sexual, caracterizando o ato sexual apenas de função de reprodução, no casamento monogâmico, de organização patriarcado e práticas como abstinência sexual, castidade e virgindade até o casamento. A princípio, fora o modo de vida adotado pela aristocracia burguesa, com propósito de melhorar seu corpo e sua descendência, voltado para o pacto da aliança.

Segundo Reich (1976), a repressão de estímulos biológicos de cunho sexuais e naturais aos seres humanos encontra sua justificativa de repressão nos interesses morais de uma classe dominante. Através da implantação de uma ideologia de autocontrole sexual-econômico, as compulsões sexuais seriam reprimidas pela moral, sendo esta divergente das que primam pelas potencialidades da vida. A moral, citada por Reich como moral compulsória, refere-se a moral construída culturalmente segundo a organização social em questão e interesse dos detentores do poder. Na organização social, a mulher fora deixada de lado, sendo vista pela ciência como incapaz e de saúde frágil, e pela igreja como instinto indomável, sendo sucessiva aos pecados da carne, e percebe-se que em ambos há relação de poder, na qual a mulher deve se sujeitar ao saber e poder masculino (CARVALHO, 2011; ZORDAN, 2005).

Essas tecnologias de aprisiona-

mentos dos corpos e das sexualidades na cultura ocidental poderia ser comparada com a dos povos indígenas e africanos, nos quais a sexualidade relacionava-se a entrega ao desejo e prazeres, a procriação apenas como consequência e não como objetivo, ou seja, não havia repressão de suas práticas, condutas e valores como ocorreu na Europa com a ideologia cristã, a qual condenou os conhecimentos herdados da cultura pagã como a manipulação de ervas, conhecimentos da natureza em relação ao corpo e seus cuidados, a sexualidade feminina (ZORDAN, 2005).

O Brasil se constituiu a partir da perspectiva da sociedade europeia, africana e indígena, tais culturas influenciaram diretamente na construção da sexualidade da população brasileira. Vale ressaltar que a sexualidade dos povos africanos e indígenas não possuía a mesma significação da sexualidade da classe dominante, branca, europeia e cristã (LOYOLA, 2000).

De acordo com Souza et al. (2000), no Brasil, os homens colonizadores tomaram a terra e as mulheres à força, mantendo relações sexuais com as indígenas e as mulheres escravizadas, promovendo a miscigenação e contribuindo para a formação dos estereótipos, pois passaram a serem consideradas como trabalhadoras domésticas e objetos sexuais. Enquanto as sinhás, mulheres brancas, foram colocadas no lugar de assexuadas, fracas e submissas que eram treinadas para administrar suas casas e filhos.

Como forma de promoção desses estereótipos e papéis, a mídia se torna reprodutora de conteúdos que perpassam tais ideais. Para Sokoloski (2010), os programas de televisão são uma expressão cultural de massa que reproduzem padrões, hábitos e tradições culturais que vigoram na sociedade. A aproximação de conteúdos da realidade com a ficção gera um encontro da realidade com a fantasia. Através dessa represen-

tação, em programas de TV são introduzidos ou reforçados novos valores, o que acaba por reforçar determinados comportamentos na sociedade. As personagens são construídas a partir de traços de personalidades que permeiam a sociedade, seguindo padrões e comportamento difundidos dentro da cultura.

No romance de “Escrava Isaura”, de Bernaldo Guimarães (1875), e a telenovela na emissora de televisão *Record*, “Escrava Mãe”, de Gustavo Reiz (2016), há a denúncia da organização do patriarcado, onde se obedece, serve e venera o homem e senhor, dono e detentor do poder na família tradicional, e assim, todas as mulheres se mostram pessoas escravizadas, cada uma em seu modo. As esposas escravizadas a partir do pacto de aliança (casamento), as quais devem obediência ao seu marido e senhor, o casamento é imposto como arranjo econômico entre famílias, e a mulher cabe para a procriação de um descendente homem, herdeiro. Enquanto as mulheres negras escravizadas são tidas como objeto de uso e trabalho como desejar o senhor feudal. Essas duas obras denotam a mensagem subliminar de que a mulher negra só tem valor se cair nas graças de algum homem branco. Enquanto o casamento determina o sucesso da mulher branca, para a negra era no mínimo a alforria. Tal observação pode ser notada na novela *Novo Mundo*, de Vinícius Coimbra (2017), que aborda a história da personagem Diana, mulher e negra, que consegue sua “liberdade” ao se casar com o um homem branco, rico e austríaco, chamado Wolfgang e assim se tornando Baronesa de Paciência.

O caráter do discurso erótico e exótico da mulher brasileira (negras e indígenas) constrói o imaginário social desde os colonizadores do Brasil, que difundiram a imagem de Jardim do Édem, onde a beleza da mulher nativa, as belas Evas, e seus corpos e sexualidades, foram destacadas. No período do Roman-

tismo e do Nacionalismo os escritores reforçaram esse imaginário social das mulheres erotizadas indígenas e negras, como exemplos, as Iracemas, Juremas, Yaras, Iracis, Amaras, Ayos, Fayolas, foram colocadas como objetos feitos para sexo, reprodução e trabalho (GOMES, 2010). A famosa Iracema, “virgem dos lábios de mel”, de José de Alencar (1865), que se entrega ao estrangeiro civilizado, renuncia à sua cultura e seu povo por amor, sendo assim, a submissão do feminino como prova de amor ao ideal de um casamento. Assim, na história do patriarcado no Brasil se construiu a imagem das mulheres brancas como assexuadas, submissas e casadas e de outro lado a posse, controle e objetificação do corpo da mulher indígena e principalmente da negra.

A famosa Amélia, mulher submissa, da música “Ai que saudade da Amélia”, grande sucesso de Ataulfo Alves (1941), demonstra o estereótipo de mulher submissa, dependente e prendada, perfeita para o casamento. “Amélia não tinha menor vaidade. Amélia que era mulher de verdade”, o que se tornou, muitas vezes, chamar uma mulher de Amélia como forma de desvalorizá-la, pois quando se refere à tal nome quer-se dizer que a mulher é submissa, que deve ser dona do lar, ter um casamento, filhos, padrões estes que são impostos.

Outra figura estereotipada de mulher, pode ser visto no programa “A Grande Família”, sendo representada na personagem Nenê, a esposa perfeita, reproduzindo marcas do sistema patriarcal. O retrato a mulher presente nesse programa revela também uma crítica ao papel social feminino, pois “[...] apesar do movimento feminino conquistar um espaço de reconhecimento do gênero, comportamentos do passado ainda ocupam o presente pela revelação nos estereótipos.” (SOKOLOSKI, 2010, p. 12). A personagem caricata da Nenê ainda é a realidade, segundo Carvalho e Casagrande (2011) o movimento feminista

conquistou espaço na vida pública da mulher ao adentrar em ambientes como mercado de trabalho, acadêmico e independência financeira, porém, no mundo privado, a mulher ainda é responsabilizada pelo cuidado da casa e dos filhos, se mantendo a divisão desigual do trabalho no ambiente doméstico. Pode ser percebido em expressões populares como “ajudo minha esposa com a casa” ou “meu marido me ajudou muito quando nosso filho nasceu”, o que traz a reflexão de que se moram juntos e tiveram filho, é obrigação de ambos dividirem as tarefas do lar, no entanto se naturalizou que esses serviços são de cunho feminino (FOUCAULT, 1988). Ainda hoje, mesmo que a mulher trabalhe, sua jornada é dupla ou tripla, pois é responsabilizada pelos cuidados domésticos e dos filhos (ONU MULHERES, 2020).

Se de um lado temos a construção estereotipada, e romantizada da mulher cuidadora da casa e dos filhos, obediente ao marido, a realidade põe do outro lado aquela que sempre trabalhou para sobrevivência, sofreu violência, e teve seu corpo objetivado, como denuncia a música “Negro Drama” dos Racionais MCs, composta por Mano Brown e Edi Rock (2002): “Família brasileira. Dois contra o mundo. Mãe solteira. De um promissor, vagabundo. Luz, câmera e ação, gravando a cena vai. Um bastardo. Mais um filho pardo Sem pai”, enquanto no pacto da aliança se esperava e cuidava para descendência forte, os filhos das negras, bastardos, eram deixados à sorte pelos pais. Quantas Marias vemos em suas batalhas diárias contra todo e qualquer preconceito, como exposto na música “Maria, Maria” interpretada por Milton Nascimento e lançada em 1978. O presente trecho mostra como o sofrimento de Maria, que é interpretada como toda e qualquer mulher, a torna forte. “Maria, Maria; é o som, é a cor, é o suor; é a dose mais forte e lenta; de uma gente que ri; quando deve chorar; e não vive, apenas aguenta”.

Vale ressaltar a importância da mídia, sendo influenciadora da manutenção de determinados comportamentos referentes à mulher e seu papel na sociedade. Essa pode ser considerada como o quarto poder pela influência diante da sociedade, acaba sendo a maior fonte de informação que a população possui e esse poder faz com que atinja e manipule essa sociedade, criando uma cultura midiática, impondo padrões a serem seguidos, massificando os indivíduos e manipulando-os (SILVA; SANTOS, 2009).

A mídia foi utilizada para comercializar o corpo das negras em campanhas publicitárias da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), como atrativo ao turismo, um paraíso sexual, das mulatas e vendendo um país de sexo fácil, país do carnaval, exótico e místico. O “Brasil Brasileiro” sem racismo e da mulher erotizada. Segundo Gomes (2010) a “Glo-beleza” da vinheta do Carnaval de 1993 na Rede Globo de Telecomunicação evidencia a exposição e sexualização da mulher negra, totalmente nua, no horário nobre, reafirma a ideia de sexo fácil no carnaval, vinculando ao corpo sexualizado da mulata, recoberto por orgulho da mulata a seu corpo como objeto.

A sexualidade e erotização do corpo faz parte do imaginário social do brasileiro, como a “loira da Skol”, uma loira de corpo esculpido, considerada linda, de pouca roupa e o “baixinho da Kaiser”, um homem desprovido de beleza. Culturalmente, o homem tem que ter dinheiro e a mulher tem que ter beleza e essa sexualidade é também demonstrada nas “mulheres frutas”, musas do carnaval, musas *fitness* e *blogueiras*, que vendem sua imagem e tornam seu corpo objeto de desejo.

E essa tal liberdade sexual? Como visto estereotipado na música de Chico Buarque “Geni e Zepelim” (1979), na qual Geni é uma mulher considerada promíscua, que vive sua sexualidade e é condenada pela sociedade, no entanto

serve quando a sociedade pode ser atacada, mas logo depois volta ao seu lugar de insignificância. Essa música demonstra que as condutas sexuais dependem do momento, circunstâncias e contextos para serem autorizadas ou barradas, ou seja, além de socialmente construídos podem mudar segundo o interesse, mostrado na venda do Brasil como país de sexo fácil, mas que ao mesmo tempo se coloca como conservador.

Torna-se importante movimentos de empoderamento feminino, muitas vezes representados por mulheres que usam sua influência na luta por direitos iguais, como as cantoras Pitty, Rita Lee, Iza, Anitta, Beyoncé, Lady Gaga, Dua Lipa, entre outras, que ergueram a bandeira na luta pelas mulheres e demonstram isso através de suas músicas. A crítica sobre a, ainda presente, desvalorização da mulher pode ser vista, por exemplo, no trecho da música “Desconstruindo Amélia”, de 2009, da cantora Pitty: “A despeito de tanto mestrado; ganha menos que o namorado; E não entende porque; tem talento de equilibrista; ela é muita, se você quer saber”. Amélia, como já referido anteriormente, se tornou um nome utilizado para detrimento da mulher, e Pitty faz tal referência com finalidade de valorizar e desconstruir o papel imposto às mulheres consideradas Amélias.

O funk muito criticado pela erotização e apelo sexual, desvaloriza a mulher e a transforma em objeto, por outro, existem mulheres que usam o funk para empoderamento e denunciar vivências de violência, como Mc Carol Bandida. Em sua música “100% feminista” (2016), ela canta: “Presenciei tudo isso, dentro da minha família. Mulher com o olho roxo, espancada todo dia. Eu tinha uns 5 anos, mas já entendia. Que mulher apanha, se não fizer comida. Mulher oprimida, sem voz, obediente. Quando eu crescer, eu vou ser diferente”.

Podemos destacar, também, uma mudança sutil nas animações infantis

como Frozen (2013/2020), Mulan (1998/2020) e Valente (2012) trazem às telas a perspectiva da mulher forte, perseverante e dona de sua própria história, fugindo do estereótipo da princesa à espera da salvação, o que em diversas animações fica exposto, a mulher que precisa do homem ou de outrem para que consiga sua felicidade e suas conquistas.

Com a ascensão do movimento feminista, a mídia vem se reorganizando buscando atingir tal massa e discutir temas como o empoderamento feminino. Tal fenômeno pode ser observado com a crescente produção de diversos conteúdos como séries, filmes e músicas com o intuito de mostrar mulheres fortes e independentes. Exemplo disso é a série produzida pela Netflix “Anne with an E”, baseada em um livro de 1908 intitulado “Anne de Green Gables”. A série que conta a história de uma garota que com seus treze anos precisa discutir temas como identidade, preconceito, *bullying* e ser aceita enquanto mulher, esses temas são retratados enquanto discussões do século XIX.

Se de um lado temos o feminismo trabalhando para ressignificar padrões, ainda existe pessoas que concordaria com Nelson Rodrigues, “Nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais”, ideia que ainda hoje é reverberada em falas de que mulher gosta de apanhar, que merece, dá motivo, tentando justificar a agressão do homem por amor ou ciúmes (NORONHA, 2018).

A construção da representação do papel feminino na sociedade, ainda na atualidade, é marcada pelo menosprezo do feminino, sentimento de posse, tratando da mulher enquanto um objeto, controlando seu corpo, desejo, autonomia e limitando sua emancipação profissional, social e intelectual, sendo as principais razões relacionadas à violência e mortes de mulheres. Tornou-se necessário a construção de mecanismo que garantisse os direitos das mulheres

como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada na resolução nº 217 de 10 de dezembro de 1948, decreto nº 89.460 de 20 de março de 1984, o Decreto nº 5.017 de 12 de março de 2004, que promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

A Constituição Federal no artigo 5º garante a igualdade de direito e deveres a todos os cidadãos, e o dever do Estado em criar mecanismos para coibir violência no âmbito familiar garantido no artigo 22º parágrafo 8, que cita “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Outra grande conquista é a Lei nº11.340 de 07 de agosto de 2006, que:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, 2006).

Várias outras leis foram criadas como medidas de prevenção e cuidado às vítimas de violência, como atendimento obrigatório em caráter de urgência de forma integral, multidisciplinar às vítimas de violência sexual, cirurgia reparadora pelo SUS às vítimas de violência, determinar crime se o agressor não respeitar as medidas protetivas, a prioridade do exame de corpo de delito quando se tratar de violência contra mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa

com deficiência, alteração de “crimes contra os costumes” referente ao estupro, passa para “crimes contra a dignidade”, e principalmente a caracterização do feminicídio como crime hediondo.

Os papéis definidos pela sociedade ao qual a mulher deve assumir, desde os primórdios, passam por diferentes funções e tanto na atualidade quanto nos anos já passados existiu e existe ainda o poder do homem sobre a mulher, muitas vezes velado na produção e construção do papel da mulher na sociedade. Movimentos como o feminista se tornam necessário para trazer tais questões à discussão e produzir assim conhecimento e informações que possam chegar à população através da mídia, por exemplo. Por isso, torna-se de extrema importância que a mesma entenda sua influência na sociedade e que use seu poder midiático para ações que preconizam a valorização da mulher.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pacto da aliança e a organização patriarcal ainda pode ser encontrado em falas, costumes, justificativas e ações, ter leis, que garanta o direito de a mulher ser senhora de si, nada resolve se o imaginário social ainda reforçar o machismo e a mulher não ressignificar sua condição subjugada ao masculino. As condições que contribuem para perpetuar o patriarcado referem-se a diferentes fatores, econômicos, raciais, sociais e de valores passados de geração para geração, por isso se torna necessário fomentar a reflexão sobre a emancipação da mulher, somente sobre a perspectiva de igualdade de gênero é possível eliminar estereótipos de mulheres e a construção de uma perspectiva em que cada mulher pode ser o que quiser ser.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. de. Iracema. Departamento Nacional do Livro, 1865.

ALVES, A. Ai que saudade da Amélia. 1968.

ANNE WITH AN E. Direção de Moira Walley-Beckett. Canadá: Netflix, 2017.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.017, de 2004. Promulga O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra O Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília, 12 mar. 2004.

BRASIL. Lei nº 11340, de 2006. Cria Mecanismos Para Coibir A Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher, nos Termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal, da Convenção Sobre A Eliminação de Todas As Formas de Discriminação Contra As Mulheres e da Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar A Violência Contra A Mulher; Dispõe Sobre A Criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher; Altera O Código de Processo Penal, O Código Penal e A Lei de Execução Penal; e Dá Outras Providências. Brasília, 7 ago. 2006.

BROWN, M.; Rock, E. Racionais Mcs: Negro Drama. 2002.

BUARQUE, C. Geni e o Zepelim. 1978.

CARVALHO, M. G.; CASAGRANDE, L. S. Mulheres e ciência: desafios e conquistas. INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar. Florianópolis, 2011, v. 8, n.2, p. 20-35. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p20>> Acesso em: 27 fev.

2020. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2011v8n2p20>.
- COIMBRA, V. Novo Mundo. Brasil: Rede Globo, 2017.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade II: o uso dos prazeres, 1985.
- FROZEN 2. Direção de Jennifer Lee; Allison Schroeder. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 2020.
- FROZEN: Uma aventura congelante. Direção de Jennifer Lee; Chris Buck. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 2013.
- GOMES, M. S. A (des) (re) construção do Brasil como um paraíso de mulatas. Revista Eletrônica de Turismo Cultural, v. 4, n.2, p. 48-70, 2010. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.03_Mariana_Selister.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- GUIMARÃES, B. Escrava Isaura. Departamento Nacional do Livro, 1875.
- LOYOLA, M. A. A antropologia da sexualidade no Brasil. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 10, n. 1, p. 143-167, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312000000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 mar. 2020.
- MC CAROL BANDIDA. 100% feminista. 2016.
- MULAN. Dirigido por Niki Caro. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 2020.
- MULAN: original. Direção de Barry Cook; Tony Bancroft. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 1998.
- NASCIMENTO, M. Maria, Maria. 1978.
- NORONHA, H. Nelson Rodrigues dizia que mulher normal gosta de apanhar. Faz sentido? 2018. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/21/frase-de-nelson-rodrigues-sobre-mulheres-gostarem-de-apanhar-faz-sentido.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 02 abr. 2020
- ONU MULHERES. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 5 mai. 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948.
- PITTY. Desconstruindo Amélia. 2009.
- REICH, W. A revolução sexual. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- REIZ, G. Direção de: Ivan Zettel. Escrava Mãe. Brasil: Rede Record, 2016
- SILVA, E. F. G.; SANTOS, S. E. de B. O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade. 2009. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/447.%20o%20impac-to%20e%20a%20influ%C3%Aancia%20da%20m%C3%ADdia.pdf> Acesso em: 12 mar. 2020.
- SOUZA, R. de; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H da. A construção social dos papéis sexuais femininos. Psicologia: reflexão e crítica. Rio Grande do Sul, v. 13, n. 3, p. 485-496. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a16.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- VALENTE. Direção de Brenda Chapman; Mark Andrews; Steve Pucell. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, 2012.

ZORDAN, P. B. M. B. G. Bruxas: figuras de poder. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 331-341, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=s>

ci_arttext&pid=S0104-026X2005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200006>.